


ATUALIZANDO O DEBATE SOBRE A EUGENIA: UMA RESENHA DO LIVRO “EUGENIA ONTEM E HOJE” DE ROBERT WEGNER

Updating the debate on eugenics: A review of the book "Eugenia ontem e hoje" by Robert Wegner"

Viegas Fernandes da Costa ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9905-9293>

E-mail: viegasfernandesdacosta@gmail.com

Myriam Mitjavila ^b

 <https://orcid.org/0000-0002-2686-7986>

E-mail: myriamremotoufsc@gmail.com

^a Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina,
Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência,
Florianópolis, SC. Brasil

^b Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política
Florianópolis, SC, Brasil



Wegner, R. (2025). *Eugenia ontem e hoje*. Editora Focruz.

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia. Biopolítica. História.

KEYWORDS: Eugenics. Biopolitics. History.

Aeugenia é polissêmica, teve presença significativa na história da ciência, da saúde e das estratégias biopolíticas ao longo da primeira metade do século XX, e exerceu grande influência na intelectualidade e, de modo geral, na sociedade brasileira, especialmente nos corpos dos sujeitos. Formalmente evitada pela ciência depois da Segunda Guerra, retorna ao debate público e científico nas primeiras décadas do século XXI, seja porque associada por seus críticos ao desenvolvimento das intervenções genéticas, seja porque identificada nas estratégias do higienismo social e da necropolítica defendidas por representantes de uma extrema-direita em ascensão.

Considerando esse retorno da eugenia ao debate público, publicações que a discutam em sua perspectiva histórica e polissêmica são necessárias. É o caso do livro “Eugenia ontem e hoje”, de autoria do professor e pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz, Robert Wegner, e publicado pela Editora da Fiocruz no segundo semestre de 2025, que resenharemos aqui.

Iniciaremos esta resenha discutindo alguns aspectos importantes do debate atual a respeito da eugenia, considerando que é neste contexto que se explica a publicação de trabalhos como o de Robert Wegner. Na segunda parte da resenha, analisaremos especificamente o livro “Eugenia ontem e hoje”.

O retorno da eugenia ao debate público no século XXI

A eugenia foi enunciada formalmente no final do século XIX por Francis Galton como “a ciência do melhoramento do estoque [que] leva em conta todas as influências que tendem [...] a dar às raças ou linhagens de sangue mais adequadas uma chance melhor de prevalecer rapidamente sobre as menos adequadas” (Galton 1883, p. 25). Desenvolveu-se enquanto estratégia biopolítica de gestão da vida especialmente vinculada ao dispositivo da sexualidade, conforme argumentou Michel Foucault (2001), e como um campo disciplinar com pretensões de ciência aplicada e interdisciplinar. Incorporando discussões, métodos e paradigmas de diferentes saberes, a eugenia buscou se legitimar ao longo das primeiras décadas do século XX como um amplo território científico disputado não apenas por diferentes correntes teóricas das ciências naturais e médicas, mas também por diferentes perspectivas políticas e de governamentalidade, dada sua vinculação com as questões de raça, gênero, nação e capacidade laboral. Interdisciplinaridade e vínculos que também a aproximaram de outras estratégias biopolíticas com as quais muitas vezes se confundia, como o higienismo, a maternologia e a puericultura.



De modo geral, a eugenia é hoje estudada a partir de duas dimensões: como ciência e como movimento social. Se, por um lado, tornou-se quase consenso que as práticas da eugenia pelo nazismo produziram uma espécie de tabu sobre a palavra “eugenia” e colocaram em descrédito os movimentos eugenistas, o discurso científico que postula as possibilidades de melhoramento da raça humana e o direito da criança de nascer saudável continua posto, e possivelmente cada vez mais legitimado por saberes como a medicina, a genômica e a engenharia genética. Podemos citar como exemplo a edição genética, procedimento capaz de apagar trechos específicos do DNA e inserir novos genes no local, editando tanto células germinativas quanto somáticas. Sob o argumento de prevenir doenças ou evitar o desenvolvimento de síndromes e outras condições que produzam corpos com características físicas potencialmente dolorosas ou socialmente limitantes aos indivíduos, a edição genética propõe “não somente tratar doenças, mas potencializar capacidades humanas, como cognição, performance física e longevidade. Em teoria, técnicas de edição permitiriam manipular genes de modo a dar a indivíduos traços cognitivos e físicos sob demanda” (Furtado, 2019, p. 225).

É nesse quadro dos investimentos biotecnológicos da genômica e da engenharia genética, que no início dos anos 2000 Jürgen Habermas cunhou o conceito de “eugenia liberal” para se referir a um tipo de eugenia que “não reconhece um limite entre intervenções terapêuticas e de aperfeiçoamento, mas deixa às preferências individuais dos integrantes do mercado a escolha dos objetivos relativos a intervenções que alteram características” (Habermas, 2004, p. 32). Habermas faz uma distinção entre uma eugenia terapêutica, clínica, que também chama – de modo heterodoxo – de eugenia negativa, e que lhe parece justificável na medida em que supõe atender ao interesse da pessoa que nascerá; de uma eugenia positiva, ou de aperfeiçoamento, que programa indivíduos a partir de interesses que não se pode assegurar serem também da pessoa que virá a ser ela mesma. Ou seja, para Habermas, tornam-se eticamente aceitáveis intervenções genéticas na “pré-pessoa”, com o objetivo de evitar doenças ou deficiências graves na pessoa que virá a ser; entretanto, intervenções genéticas de aprimoramento ou a seleção de embriões para atender às expectativas de terceiros são, segundo ele, possibilidades não apenas eticamente condenáveis, mas também perigosas.

Habermas usa a imagem de um “supermercado genético” para se referir à eugenia liberal. Sua discussão está no âmbito da ética humana, e parte de dois pressupostos: a) todos nascem sob as mesmas condições; e b) todos são autores únicos das suas próprias histórias. Esses pressupostos éticos estariam na base de uma autocompreensão da ética da espécie



humana que permitiria a cada indivíduo humano se compreender como um ser que age e julga de forma moral. Nesse sentido, argumenta que as projeções da ficção e da ciência de um corpo humano profundamente modificado e “melhorado” pela “tecnicização da natureza humana” provocaria “uma alteração da autocompreensão ética da espécie – uma autocompreensão que não pode mais ser harmonizada com aquela autocompreensão normativa pertencente a pessoas que determinam sua própria vida e agem com responsabilidade” (Habermas, 2004, p. 59). Em outras palavras, um dos questionamentos levantados pelo filósofo é: até que ponto a manipulação genética de embriões, alterando aspectos somáticos e interferindo na autocompreensão dos sujeitos sobre seus corpos, não interferirá na liberdade desses indivíduos, implicando na responsabilização (inclusive com implicações jurídicas) dos autores e demais responsáveis pela programação genética?

A sustentação dos argumentos de Habermas a respeito da eugenia liberal já foi objeto de críticas, algumas delas enfrentadas pelo próprio filósofo no posfácio à conferência “O futuro da natureza humana” e em seu discurso “Fé e saber”, ambos redigidos entre 2001 e 2002. Entretanto, o que parece fundamental na discussão proposta por ele diz respeito à “tecnicização da natureza humana” nas sociedades liberais, onde a manipulação genética ocorre “a partir da perspectiva de alguém que age de forma instrumental, e que, por meio de sua ‘colaboração’, provoca um estado desejado no campo do objeto, segundo seus próprios objetivos” (Habermas, 2004, p. 73). “Estados desejados” por fregueses e clientes de um mercado regido principalmente por interesses lucrativos e disposto a atender aos interesses individuais, mas cuja instrumentalização da vida “pré-pessoa” pode ter implicações biopolíticas importantes.

Assim como Habermas, diversos autores discutem a permanência de discursos e tecnologias eugênicas nas sociedades contemporâneas, considerando principalmente os desenvolvimentos biotecnológicos associados à genômica. Maria Eneida de Almeida, por exemplo, analisou criticamente a emergência da eugenia a partir da categoria de ideologia social, falando de “ideologia eugênica” como um processo de biologização da sociedade, atrelada ao “controle do Estado” e associada desde suas origens ao darwinismo social (Almeida, 2019). Almeida localiza na década de 1970 o surgimento de uma “nova eugenia”, resultado dos avanços biotécnicos alcançados com a combinação genética e cujos produtos são chamados poeticamente e não casualmente de “quimeras”, e alerta para a falácia da ideia de que a engenharia genética daria aos indivíduos o direito de escolher, no âmbito da família, realizar ou não intervenções genéticas visando o futuro dos seus filhos. Segundo a autora, “o individualismo acaba sendo uma falácia em termos de biotecnologia humana, se

observarmos que a escolha individual acaba se apresentando ‘sem escolha’, quando se avalia o poder financeiro envolvido nas escolhas genéticas” (Almeida, 2019, p. 195).

Constata-se que o debate ético que aponta para os riscos dessa “nova eugenia”, ou “eugenia liberal”, vem se ampliando nos últimos anos. Entretanto, observa-se também que o uso da palavra eugenia para designar diferentes estratégias políticas atuais está se tornando mais comum. Em janeiro de 2026, Maria Eneida de Almeida publicou no portal de internet “Outras Palavras” o artigo intitulado “Santa Catarina: eugenia orienta ações de governo?”, no qual problematiza as políticas de internação compulsória e expulsão sumária de migrantes adotadas por Prefeituras de diversos municípios no Sul do Brasil. A autora aborda o problema a partir de uma discussão das origens do movimento higienista e dos seus desdobramentos na saúde pública, e embute a eugenia no debate ao escrever que a saúde pública a carrega como um tema historicamente silenciado em sua trajetória, mas que se trata “de um fenômeno amplamente documentado na história social do mundo e do Brasil, estudado criticamente pelo campo científico da Saúde Coletiva. Como tudo aquilo que se tenta esconder, esse tema pode ressurgir – e surpreender.” (Almeida, 2026). Ressalta que higienismo e eugenia, embora podendo se complementar, são distintos, mas ao se referir às ações adotadas pelas prefeituras de Santa Catarina, diz que a adoção dessas políticas e programas municipais “se assemelham a práticas históricas de higienismo social, limpeza social ou mesmo eugenia”, porque se tratam de “ações de segregação, exclusão e, em alguns casos, expulsão de pessoas vulneráveis de determinados municípios, com o objetivo de conter fluxos migratórios e promover uma suposta limpeza urbana” (Almeida, 2026). Embora a eugenia tenha por base o racismo e o higienismo, cumpre recuperar a ideia da sua vinculação ao dispositivo da sexualidade ou, no caso da edição genética, ao princípio do “direito de nascer saudável”. Estratégias eugênicas de controle da natalidade, internações compulsórias de “degenerados” ou de controle imigratório, tinham como princípio o dispositivo da sexualidade. No caso específico das políticas adotadas pelas prefeituras citadas no artigo, o que se observa até o momento é a presença de estratégias do higienismo social, o que não diminui a gravidade e a violência das ações.

Outro exemplo de uso “elástico” do conceito de eugenia para compreender aspectos da sociedade brasileira contemporânea encontramos no artigo de Vanderlei Sebastião de Souza, Robert Wegner e Leonardo Dallacqua de Carvalho (2024). Após apresentarem uma síntese da história da eugenia no Brasil, abordando-a a partir de diferentes temporalidades, os autores problematizam a defesa da tese da “imunidade de rebanho” por parte do presidente da República Jair Bolsonaro em relação à pandemia de Covid-19. Os autores



escrevem que a inação do governo federal no enfrentamento da pandemia e a demora para iniciar a imunização da população “suscitaram inclusive uma série de debates a respeito da existência de um projeto eugênico nas práticas e discursos de autoridades brasileiras, entre elas do próprio Bolsonaro” (Souza, Wegner e Carvalho, 2024, p. 212), e citam falas de médicos em programas jornalísticos que associavam as ações do governo de Jair Bolsonaro à política de eugenia. Ainda que execráveis, violentas e condenáveis, as práticas de Bolsonaro em relação à pandemia de Covid-19 não se caracterizam como práticas eugênicas, mas necropolíticas, e embora a eugenia possa ser lida também a partir da necropolítica, ambas não são sinônimos.

Eugenia ontem e hoje

É nesse cenário no qual as referências à eugenia retornam ao debate público e acadêmico, que se faz necessário compreender qual a extensão desse conceito, como surgiu, a quais usos serviu e quais efeitos anátomo e biopolíticos produziu. Embora bastante estudada academicamente, há poucos trabalhos recentes, especialmente no Brasil, que apresentam a eugenia de modo didático e para um público não necessariamente especializado. Nesse sentido, em 2025, a editora da Fiocruz publicou o livro “Eugenia ontem e hoje”, escrito por Robert Wegner, com a proposta de apresentar uma breve síntese da história da eugenia, seus efeitos no Brasil e alguns desdobramentos no tempo presente.

Sociólogo e pesquisador do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz, onde também atua como professor no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, em “Eugenia ontem e hoje” Wegner ressalta o caráter complexo e polissêmico da eugenia, afirmando que apesar de ela ter se espalhado por diversos países, e com características próprias em cada um deles, “em todos reforçou ideais nacionalistas e o empenho em melhorar biologicamente a ‘raça’” (Wegner, 2025, p. 13). Aborda-a também como uma ciência aplicada, “plástica e maleável, servindo para diferentes propósitos políticos” (Idem, p. 114).

Para Wegner, a eugenia é uma ciência racista, não apenas porque reafirmou racismos antigos e incorporou o racismo científico do século XIX, mas porque também criou novas formas de racismo na medida em que se fundamenta na classificação e hierarquização dos seres humanos para fins biopolíticos. Entretanto, o autor destaca que eugenia e racismo científico não são equivalentes, porque enquanto este alertava para “uma ameaça que vinha de fora dos países imperialistas, os movimentos eugênicos realçavam que a ameaça morava



ao lado, ou melhor, estava dentro dos países considerados mais adiantados na Europa” (Wegner, 2025, p. 30).

Em sua obra Robert Wegner identifica três características principais da eugenia: 1) deu credibilidade científica a preconceitos, justificando biologicamente as mudanças sociais oriundas do avanço do capitalismo industrial; 2) caracterizou a sociedade em dois grupos antagônicos: os aptos/adequados e os inaptos/inadequados; 3) propôs intervenções na sociedade com o objetivo de promover a reprodução biológica dos mais aptos e impedir a reprodução biológica dos inaptos. Aqui, a centralidade do aspecto reprodutivo para promover a proliferação de um determinado grupo de indivíduos e impedir a proliferação de outro grupo em função dos interesses de gestão biopolítica, corrobora a interpretação foucaultiana que compreende a eugenia como uma tecnologia do dispositivo da sexualidade. Segundo Michel Foucault, “o dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Foucault, 2001, p. 101). É neste sentido que Wegner defende que a concepção de raça, no contexto da eugenia, é a de uma população nacional administrável.

Ao analisar especificamente o movimento eugenista no Brasil, Wegner o faz a partir de dois recortes temporais. O primeiro, de 1910 a 1929, marcado pela associação do movimento eugenista com o sanitarismo e o higienismo e fortemente influenciado pelos pressupostos do neolamarckismo; e o segundo, de 1929 a 1933, caracterizado pelos debates a respeito da miscigenação, da imigração e pela recepção dos pressupostos mendelianos. Para o autor, é nesses dois períodos que se estabelecem as bases teóricas que irão nortear – e confrontar – os posicionamentos dos eugenistas brasileiros ao longo das décadas de 1930 e 1940, sendo que após a Segunda Guerra o movimento eugenista mudará suas táticas, não se apresentando mais como eugenia (exceto em algumas exceções), mas permanecendo presente especialmente na proposição e implementação de políticas de controle de natalidade entre as populações mais pobres e nos argumentos e estratégias da genômica e da engenharia genética.

No entendimento de Wegner, o movimento eugenista no Brasil foi orientando principalmente por Renato Kehl e se desenvolveu como uma continuidade do movimento sanitaria, que se opunha ao determinismo racial e climático e defendia que as principais dificuldades para o desenvolvimento brasileiro tinham origem nas doenças que acometiam a população, principalmente as pessoas mais pobres e aquelas que habitavam as áreas rurais. Aproximando-se da interpretação de Nancy Leys Stepan (1991), o autor afirma que:



Pode-se dizer que a tradição lamarckista foi um elemento de ciência que fez com que os brasileiros se aproximassem de um tipo diferente de eugenia: nem negativa, preocupada em evitar a reprodução dos considerados inadequados, nem positiva, voltada para o incentivo à procriação dos tidos por superiores biologicamente, mas sim uma eugenia preventiva, conectada com a medicina social, mais do que uma ciência e uma política de reprodução. (Wegner, 2025, p. 84).

Essa orientação da eugenia brasileira para o sanitarismo e o higienismo não significou uma eugenia brasileira “mais branda”, alerta o próprio autor, e não impediu a defesa de tecnologias de controle reprodutivo, como a esterilização e os exames pré-nupciais. Em “Eugenia ontem e hoje”, Wegner identifica a influência da eugenia alemã no pensamento de Renato Kehl – o mais influente defensor da eugenia negativa no Brasil, inspirada na “higiene racial” – e também destaca os confrontos entre Kehl e Roquette-Pinto e Octavio Domingues, onde os dois últimos “reconheciam no ensino da biologia e genética uma ferramenta fundamental para a promoção de uma consciência eugênica e para a formação integral dos indivíduos” (Wegner, 2025, p. 103).

Em diversos momentos, o trabalho de Wegner dialoga com o de Nancy Leys Stepan (1991), como, por exemplo, quando convergem ao reconhecer a tese da democracia racial, desenvolvida por Gilberto Freyre no livro “Casa Grande e Senzala”, cuja primeira edição foi publicada em 1933, enquanto um marco para o debate da eugenia no Brasil e a defesa de um tipo nacional cuja regeneração seria alcançada por políticas de higiene, saneamento e educação. Convergem também ao afirmar o papel central do catolicismo na orientação dos discursos da eugenia brasileira, caracterizando-a como uma “eugenia preventiva”.

Após apresentar um panorama histórico da eugenia no Brasil, Robert Wegner dedica um capítulo para discutir a eugenia nos países escandinavos onde, segundo o autor, o eugenismo teria inspirado no início do século XX reformadores sociais liberais na consolidação dos aparatos de “welfare state”, que “consideraram medidas como a esterilização, a segregação e a restrição de casamento defensáveis do ponto de vista econômico, social e moral” (Wegner, 2025, p. 119), e onde as leis de esterilização só caducaram na década de 1970. No mesmo capítulo, o autor aborda as relações entre a eugenia e o nazismo na Alemanha, contexto em que a eugenia alcançou proporções difíceis de comparar com outros países, onde a eugenia também obteve grande relevância no âmbito das estratégias biopolíticas. No caso da esterilização eugênica, por exemplo, o autor aponta que enquanto nos Estados Unidos foram esterilizadas aproximadamente 60 mil pessoas

desde os primeiros anos do século XX, somente durante o período do nazismo na Alemanha foram esterilizadas 375 mil pessoas.

Com o fim da 2ª Guerra e a exposição dos crimes do nazismo, principalmente com o Tribunal de Nuremberg, a eugenia passou a ser formalmente denunciada e negada como prática da medicina social. Conforme Wegner, “o Tribunal de Nuremberg ajudou a associar a eugenia ao nazismo e, no mesmo compasso, a reduzi-la a isso” (Wegner, 2025, p. 134). Houve assim uma reformulação de terminologia, mas ideias e práticas eugênicas continuaram sendo implementadas, principalmente em relação às populações dos países considerados subdesenvolvidos. Wegner discute como foi possível que a própria Unesco defendesse em seus documentos de fundação projetos que “melhorassem a qualidade média dos seres humanos” através de uma eugenia “verdadeiramente científica”. O autor sustenta que no âmbito da Unesco e de outros organismos internacionais, “a eugenia passou a ser tratada, mais do que nunca, como algo do interesse global, reconfigurando o que ocorrera até antes da Segunda Guerra, quando os movimentos eugênicos eram fundamentalmente de caráter nacional” (Idem, p. 139). É nessa lógica que programas de planejamento familiar, controle de natalidade e de aconselhamento genético começaram a ser aplicados nos países do Sul Global, destinando-se principalmente às populações economicamente empobrecidas e às pessoas com deficiência ou que tivessem alguma condição humana que as colocassem fora dos padrões definidos da normalidade. Esses programas atendiam a teorias de modernização que alertavam para o risco da superpopulação, e que “ao enfatizarem a reprodução humana, permaneciam sendo, sub-repticiamente, uma solução biológica para um problema econômico e social” (Idem, p. 153). Ressalte-se que muitos desses programas implementados produziram a esterilização principalmente de mulheres em regiões economicamente empobrecidas, e Wegner apresenta alguns números que são estarrecedores e mostram que políticas eugenistas batizadas com eufemismos diversos foram implementadas como estratégias biopolíticas pelo Estado brasileiro até pelo menos o início da década de 1990. Números como os obtidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instaurada em 1991 no Congresso Nacional, que apurou que no Maranhão quase 80% das mulheres em idade reprodutiva foram esterilizadas nas décadas de 1970 e 1980.

Robert Wegner encerra o livro discutindo o que seria uma “nova eugenia” à luz dos avanços biotecnológicos no âmbito da genética, e a tese da “eugenia liberal” de Jürgen Habermas de que se tratou no início desta resenha. Conclui afirmando que “a eugenia não foi um desvio da racionalidade científica ocidental, mas um aspecto totalmente condizente com um tipo de visão de modernidade no qual a ciência deveria visar a um suposto modelo



ideal e perfeito” (Wegner, 2025, p. 177), e defendendo a necessidade de se “estabelecer uma agenda antieugênica, evitando que a árvore da eugenia continue a deitar raízes, a brotar e a gerar novos galhos e folhas” (Idem, p. 185).

O livro “Eugenia ontem e hoje”, com sua apresentação bastante didática e abrangente da eugenia, constitui-se como uma importante síntese histórica e porta de entrada para o tema e, ao mesmo tempo, propõe questões interessantes para pensarmos a respeito da presença da eugenia em nossa sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. E. (2019). A gênese da eugenia e algumas reflexões contemporâneas. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades Do Curso de Ciências Sociais Da UNIFAP*, 12, 183–198.
- Almeida, M. E. (2026). Santa Catarina: eugenia orienta ações de governo? *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/outrasaude/santa-catarina-eugenia-orientacoes-de-governo>
- Foucault, M. (2001). *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (MT da Costa Albuquerque e JA Guillon Albuquerque, Trad.; 14ª ed.). Edições Graal.
- Furtado, R. N. (2019). Edição genética: riscos e benefícios da modificação do DNA humano. *Revista Bioética*, 223–233.
- Galton, F. (1883). *Inquiries into human faculty and its development*. Macmillan and Co.
- Habermas, J. (2004). *O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?* (K. Jannini, Trad.). Martins Fontes.
- Souza, V. S., Wegner, R., & de Carvalho, L. D. (2024). A história da eugenia e suas durações: uma reflexão a partir do debate sobre controle da natalidade, racismo e biopolítica no Brasil. In A. Mota & R. Machin (Orgs.), *Corpos, eugenia e biotecnologias em perspectiva sócio-histórica* (pp. 194–218). Hucitec.
- Stepan, N. L. (1991). *The hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Cornell University Press.
- Wegner, R. (2025). *Eugenia ontem e hoje*. Editora Fiocruz.

NOTAS

AUTORIA

Viegas Fernandes da Costa: Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor de História com Dedicção Exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Doutorando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.



Myriam Mitjavila: Doutora em Sociologia. Professora Titular do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Tiradentes, nº 43, ap. 72, Centro, 88010-430, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

O artigo é produto das pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (NEPPI/UFSC) e da pesquisa de doutoramento (em andamento) de Viegas Fernandes da Costa no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Dra. Myriam Mitjavila e coorientação da Dra. Sandra Noemi Cucurullo de Caponi.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: V. F. da Costa, M. Mitjavila.

Discussão dos resultados: V. F. da Costa, M. Mitjavila.

Revisão e aprovação: V. F. da Costa, M. Mitjavila.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

© Viegas Fernandes da Costa e Myriam Mitjavila. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Busko Valim, Alexandre Karsburg, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 03 de abril de 2026

Aprovado em: 29 de abril de 2026

Como citar: Costa, V. F. da, & Mitjavila, M. (2026). Atualizando o debate sobre a eugenia: uma resenha do livro "Eugenia ontem e hoje" de Robert Wegner. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–11. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2026.e111891>

